



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Mesa: “Reparação de danos do desastre-crime da barragem da Samarco S/A em Fundão:
o que os atingidos no ES demandam prioritariamente”.

Trabalho, renda e infraestrutura: as reivindicações dos atingidos em torno das políticas de reparação¹

Euzeneia Carlos²

Resumo: Apresenta as reivindicações coletivas dos atingidos pelo desastre-crime do Rio Doce nos municípios afetados no Espírito Santo, construídas processualmente através de implementação de tecnologia social de governança participativa “Com Rio Com Mar Opinião Popular” (CRCMOP), ao longo de dois anos (2018-2019). O estudo enfoca as demandas priorizadas no tema Trabalho, Renda e Infraestrutura. O estudo aponta uma grave violação aos direitos humanos: a perda do ofício e o comprometimento das atividades de sustentação econômica, como pesca, turismo e agricultura. A execução dos programas socioeconômicos pela Renova, previsto pelo TTAC, tem sido marcada pela morosidade, funcionamento precário e não resolutividade, relegando as populações ao abandono social.

Palavras-chave: Trabalho, renda e infraestrutura; Desastre no Rio Doce; Reivindicações dos atingidos; Programas socioeconômicos, Espírito Santo.

Work, income and infrastructure: the claims of affected people in the reparation policies

Abstract: This article presents the collective claims of those affected by the Rio Doce disaster in Espírito Santo, built procedurally through the implementation of social technology of participatory governance “Com Rio Com Mar Opinião Popular” (CRCMOP), over two years (2018 -2019). The study focuses on the demands prioritized in the theme of work, income and infrastructure. It points out a serious violation of human rights: the loss of the job and of the economic support activities, such as fishing, tourism and agriculture. The execution of socio-economic programs by Renova Foundation has been marked by slowness, precarious functioning and non-resolution, relegating populations to social abandonment.

Keywords: Work, income and infrastructure; Rio Doce disaster; Claims; Socioeconomic programs, Espírito Santo.

Introdução

Este *paper* foi preparado para apresentação na Mesa coordenada “Reparação de danos do desastre-crime da barragem da Samarco S/A em Fundão: o que os atingidos no ES demandam prioritariamente”, e integra o Boletim Técnico *ComRioComMar Opinião Popular* no tema

¹ Este trabalho foi executado pela rede de pesquisa ComRioComMar (CRCM) através do projeto “Sem o rio e sem o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da Bacia do Rio Doce no Espírito Santo” (Chamada CAPES-CNPq-FAPEMIG-FAPES-ANA, Nº 06/2016), e da pesquisa “Sociedade civil, Estado e políticas públicas no contexto de desastre no Rio Doce” (Edital FAPES Universal, Nº 03/2017). A autora agradece a Luiz Gustavo Gabler e Tania Maria Silveira pela colaboração na análise dos dados. O conteúdo deste trabalho também foi base para a produção do Boletim Técnico *ComRioComMar Opinião Popular*. Website: www.comriocommar.com.br.

² Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do Núcleo Participação e Democracia (NUPAD) da UFES e pesquisadora do Núcleo Democracia e Ação Coletiva (NDAC) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). E-mail: euzeneiacarlos@gmail.com.

Trabalho, Renda e Infraestrutura³. Tem como propósito discutir as reivindicações coletivas dos atingidos pelo desastre-crime do Rio Doce nos municípios afetados do Espírito Santo (ES), quais sejam, São Mateus, Colatina, Linhares, Vitória e Serra. As demandas e proposições das pessoas atingidas foram construídas processualmente através de implementação de tecnologia social de governança participativa, denominada ComRioComMar Opinião Popular (CRCMOP), ao longo de dois anos (2018-2019)⁴. Neste processo de mobilização, as 21 comunidades dos 5 municípios reuniram mais de 4 mil participantes e lideranças locais, além de organizações civis e movimentos sociais. Nos diversos ciclos de discussão e votação, foram formuladas cerca de 400 propostas, apoiadas por cerca de 24 mil votos. Entre elas, quatro grandes temas se destacaram: (i) Trabalho, renda e infraestrutura, com 30% dos votos; (ii) Água e meio ambiente com, 25%; (iii) Saúde com 20%; e (iv) Reconhecimento e Indenizações, com 14% dos votos.

No tema Trabalho, renda e infraestrutura as demandas priorizadas apontam uma grave violação aos direitos humanos: a perda do ofício e o comprometimento das atividades de sustentação econômica. As demandas refletem a reivindicação pela garantia do trabalho nas atividades econômicas antes existentes, mas também a geração de renda e emprego através de novos ofícios e atividades laborais. As reivindicações de infraestrutura se somam a essas, pois buscam melhorias na infraestrutura dos municípios visando potencializar as atividades econômicas, tais como, o turismo, a pesca e a agricultura. Pela gravidade das violações, não surpreende que esse seja o tema com o maior número de demandas das populações atingidas nas comunidades pesquisadas. A seu despeito, a execução dos programas socioeconômicos pela Fundação Renova, previsto pelo TTAC e TAC-GOV⁵, tem sido marcada pela morosidade, funcionamento precário e não resolutividade dos problemas, relegando as populações ao abandono social.

O estudo segue estruturado em duas principais seções. Na primeira é apresentado as reivindicações dos atingidos pelo desastre-crime da Samarco/Vale/BHP-Billiton, analisando as propostas no tema e sua distribuição por município. Na segunda, a análise das demandas é feita a partir das medidas de reparação pactuadas e do entendimento vigente sobre as políticas

³ Para consultar o *Boletim Técnico* na íntegra, consulte o website do projeto: www.comriocommar.com.br

⁴ A rede de pesquisa ComRioComMar responsável pelo projeto é formada por pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa, a saber, USP, CEBRAP, UFES, UNISINOS e IESP-UERJ.

⁵ O TTAC (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta), o TAC-GOV (Termo de Ajustamento de Conduta Governança), a Fundação Renova e o CIF (Comitê Interfederativo) integram o arranjo institucional criado pelo sistema de governança para reparação e compensação dos danos socioambientais e socioeconômicos.

públicas concernentes às dimensões analisadas. Por fim, traz algumas conclusões sobre a temática.

1. Apresentando as reivindicações

As propostas sobre Trabalho, Renda e Infraestrutura se destacaram pelo número de votação, somando 7.146 votos, ou seja, 30% do total das demandas. Estas reivindicações foram agregadas em quatro propostas mais votadas, conforme aponta a Tabela 1.

Tabela 01. Trabalho, renda e infraestrutura: propostas mais votadas, votação por município, peso relativo

Principais propostas	Municípios	Votos	Peso relativo
01 – Infraestrutura (ponte para ir à São Mateus, entre Barra Nova Sul e Barra Nova Norte, estradas, calçamento, asfalto e melhorias)	São Mateus	1.862	
	Colatina	29	
	Linhares	40	
	Vitória	25	
	Serra	11	
	Subtotal		1.967
02 - Trabalho e renda no turismo e cultura (geração de trabalho, emprego e renda em turismo, artesanato, surf, cultura, etc.)	São Mateus	1.005	
	Colatina	185	
	Linhares	85	
	Vitória	311	
	Serra	367	
	Subtotal		1.953
03 - Trabalho e renda na pesca (geração de trabalho e renda como criatório de peixes e suporte às organizações de pescadores voltadas aos arranjos produtivos da pesca)	São Mateus	623	
	Colatina	139	
	Linhares	50	
	Vitória	290	
	Serra	179	
	Subtotal		1.281
04 - Análise científica do pescado (análise independente dos pescados utilizados para comercialização e consumo humano, garantindo a segurança alimentar)	São Mateus	398	
	Colatina	65	
	Linhares	11	
	Vitória	40	
	Serra	292	
	Subtotal		804
Outros (qualificação, manutenção do ofício e agricultura)		1.141	16%
Total de votos no tema		7.146	100%

Fonte: Banco de Dados CRCMOP.

A primeira proposta mais votada, com 1.967 votos, é a demanda por infraestrutura associada à potencialização da economia local, ou seja, a construção de pontes, asfaltamento de estradas, calçamento de ruas e melhorias nos municípios. Os participantes enfatizam a relevância do investimento na infraestrutura viária a fim de viabilizar a circulação de pescados,

produtos agrícolas e serviços da região. Além de melhorias urbanas e de segurança pública vinculados ao turismo nos balneários.

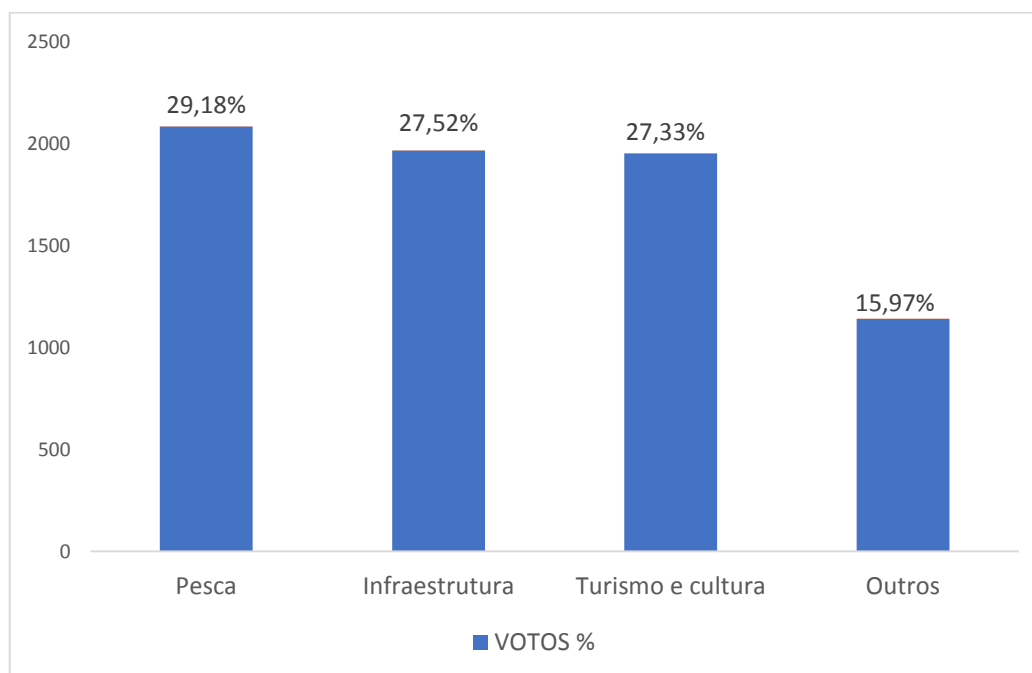
A segunda proposta, quase empatada com 1.953 votos, é a geração de trabalho, emprego e renda no turismo, artesanato, surf e cultura. A exemplo do incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas potenciais das comunidades atingidas, a partir da valorização das belezas naturais em praias, ilhas e lagoas, bem como das práticas de surf, artesanato e culturas locais. Algumas dessas reivindicações contempla, indubitavelmente, a recuperação do rio Doce e mananciais e da área litorânea atingida pela lama de rejeitos, como o surf e o turismo associado ao meio ambiente preservado.

Em terceiro lugar, a proposta de geração de trabalho e renda na pesca contabiliza 1.281 votos. As atividades pesqueiras eram parte do modo de vida e de sustento das populações atingidas, consistindo em importante potencial econômico da região. Estas reivindicações vão desde a garantia de manutenção dos arranjos produtivos da pesca existentes, até a viabilização de novas alternativas de trabalho e renda no setor como o criatório de peixes e o suporte às organizações de pesca. Assim como na segunda proposta, as populações reivindicam medidas de recuperação ambiental para garantia da sustentabilidade da pesca como fonte de trabalho.

A demanda por análise científica do pescado através de pesquisa independente da empresa reparadora é a quarta mais votada, com 804 votos. Essa proposta expressa a preocupação com a segurança alimentar do pescado a ser comercializado para o consumo humano. Em vista da proibição da pesca, os estudos científicos poderão oferecer importante contribuição, incidindo sobre a regulação do arranjo produtivo pesqueiro e os estigmas sociais a respeito da qualidade do pescado para a saúde.

A agregação dessas duas propostas (3ª e 4ª) fazem da pesca a demanda mais reivindicada pelas populações dos municípios atingidos, somando 2.085 votos, ou seja, 29,18% do total na temática. O Gráfico 1 apresenta a proporção de votos agregados, enfatizando a pesca como a mais votada, seguida por infraestrutura e turismo.

À revelia das evidências de relevância da pesca como o setor econômico mais atingido pelo desastre, a empresa reparadora por meio da Fundação Renova ameaçou encerrar o cadastro e acabar com o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), em pleno contexto pandêmico do Covid-19. A ameaça aos pescadores e demais pessoas atingidas produziu reações contrárias nos territórios, expressa na mobilização de mais 32 mil assinaturas em petição online.

Gráfico 1. Pesca, infraestrutura e turismo: proporção de votos agregados

Fonte: Banco de Dados CRCMOP.

Resta mencionar que a categoria “Outros” reúne prioridades menos votadas, embora também importantes para a reestruturação das atividades produtivas. Assim como as mulheres, desigualmente reconhecidas no seu direito ao trabalho e à renda, estas reivindicações representam a preocupação com os jovens e as futuras gerações. São elas em ordem decrescente: projetos para jovens (578 votos), qualificação profissional (299 votos), garantia do ofício na mesma profissão (200 votos) e agricultura (64 votos). Nas demandas agrícolas, se destaca o cultivo da aroeira, a diversificação da produção e a irrigação das plantações.

Por fim, assinalamos a distribuição das reivindicações mais votadas por município. O município de São Mateus possui o maior número de votos em todas as propostas (Tabela 1), pois foi onde se concentrou o maior número de urnas e de participantes nas votações, resultante da maior mobilização das lideranças e comunidades envolvidas. Em São Mateus, a principal demanda é infraestrutura com a construção de ponte entre Barra Nova Sul e Barra Nova Norte, com 1.586 votos; seguida por geração de trabalho e renda em turismo e pesca. A demanda por infraestrutura é menos recorrente nos municípios pertencentes a Região Metropolitana da Grande Vitória. Por sua vez, em Colatina, Linhares, Vitória e Serra a principal reivindicação é

a geração de trabalho e renda nos setores da pesca e do turismo, seguida por infraestrutura em estradas, pavimentação e melhorias urbanas.

2. Análise das propostas a partir das medidas de reparação

A atividade econômica local foi negativamente afetada pelo desastre e o problema ainda não foi resolvido, após quase cinco anos do rompimento da barragem de Fundão-MG.

A Fundação Renova, responsável pela execução das medidas de reparação e compensação dos danos causados pelas empresas mineradoras, conforme estabelecido pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e TAC-Governança, desenvolve ações nos temas deste boletim. No Espírito Santo, dentre os 42 programas previstos pelo TTAC, 06 estão voltados para temas de recuperação econômica em atividades como pesca, agricultura, pecuária e turismo. No âmbito do Comitê Interfederativo (CIF), esses são acompanhados pela Câmara Técnica de Economia e Inovação e pela Câmara Técnica de Educação, Cultura e Lazer, quais sejam: P13 – Turismo, cultura, esporte e lazer; P15 – Promoção da Inovação; P16 – Retomada das atividades aquícolas e pesqueiras; P17 – Retomada das atividades agropecuárias; P19 – Programa de recuperação de micro e pequenos negócios; P20 – Estímulo à contratação local. No tema infraestrutura, apenas um programa é voltado para as comunidades do Espírito Santo, a saber, P10 – Recuperação das comunidades e infraestruturas impactadas.

A execução dos programas socioeconômicos pela Fundação Renova tem sido marcada pela morosidade e funcionamento precário, do ponto de vista da mitigação dos problemas da população. O relatório parcial da Rede CRCM, aponta a demora na implementação e entrega de serviços às populações atingidas. A maioria das ações executadas se concentra em diagnósticos, reuniões de negociação e apresentação de planos e busca de parcerias. (Relatório apresentado no II Seminário de Acompanhamento de Projetos, Junho/2020).

A persistência das demandas em geração de trabalho, renda e infraestrutura atesta, por si só, a não resolutividade dos problemas sociais pela Fundação. O agravamento das vulnerabilidades desencadeadas pelo desastre, como a perda do ofício, a paralização da pesca e da agricultura é acompanhado pela marginalização da participação dos atingidos nas decisões e pelo desprezo às mobilizações de movimentos sociais e organizações civis.

As instâncias governamentais também assumiram atribuições no desenvolvimento de políticas públicas, ao assinarem o TTAC e TAC-Gov. A interação dos técnicos do governo com

os programas de reparação pode contribuir para incluir o enfoque de política pública nas ações mitigadoras, potencializando os resultados alcançados. Especialmente os órgãos que tratam do tema do trabalho, geração de renda e incentivo a novos postos de emprego, e seus respectivos conselhos, podem desempenhar um importante papel, dentre as quais: Secretaria Estadual de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho (SECTI), Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura (SEMOBI), Sistema Nacional de Emprego (SINE), Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER), Fundo Estadual do Trabalho, Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico. Das instâncias de gestão governamental compartilhada com a sociedade civil é fundamental, além dos conselhos estaduais e municipais, os conselhos regionais. Na bacia do rio Doce e litoral norte capixaba quatro são os conselhos regionais em formação: Conselho de Desenvolvimento Regional da Microrregião Rio Doce, Conselho de Desenvolvimento Regional da Microrregião Centro-oeste e Conselho de Desenvolvimento Regional da Microrregião Nordeste. Por fim, destacamos o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH Doce), com representação no CIF, tendo em vista seu papel nas ações de recuperação ambiental vinculadas à retomada das atividades econômicas, como a pesca e o turismo.

Mais do que ações difusas, a recuperação socioeconômica dos territórios da bacia do rio Doce requer uma integração entre os programas da Renova, e a intersetorialidade deles com as políticas públicas governamentais. Além disso, a questão regional de integração dos projetos nos territórios é fundamental à retomada de atividades econômicas, a exemplo do Plano de Desenvolvimento da Foz e Região Costeira. Importa ressaltar que a Assessoria Técnica à população atingida, ainda não implantada no Espírito Santo, consiste em necessário suporte à população local e organizações civis para a formulação de propostas de projetos de trabalho e geração de renda. No âmbito do TAC-Gov, a aprovação da assessoria técnica é resultado de lutas sociais dos atingidos nos territórios, coordenadas pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Fórum Capixaba de Defesa do Rio Doce (FCDRD), associações de pescadores, dentre outras organizações civis. Na reestruturação produtiva, as medidas de apoio ao associativismo e ao cooperativismo são igualmente fundamentais.

Por fim, o papel do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) é imprescindível à garantia dos direitos das pessoas e territórios atingidos. Ambos, o MPF e a DPES têm recorrido à justiça para representar os interesses dos

atingidos em diversas ações, e oferecido orientação jurídica nos momentos de negociação sobretudo nos processos de reconhecimento e de indenização daqueles afetados.

Considerações finais

A importância que as populações atingidas conferem às suas atividades laborais é incontestável, sendo fundamental para recuperação de sua autonomia financeira e dignidade humana. Isso salienta a centralidade que o tema Trabalho, renda e infraestrutura deve assumir nas políticas de reparação. A integração entre os programas da Fundação Renova e as políticas públicas setoriais e regionais voltadas à recuperação econômica dos municípios é fundamental e urgente, sobretudo nos temas da pesca, do turismo e da infraestrutura.

Decorridos cinco anos do desastre socioambiental, as empresas reparadoras ainda postergam a execução de ações de reconhecimento da totalidade das categorias profissionais e dos territórios afetados, impedindo o acesso desses às ações mitigadoras. Ademais, as desigualdades sobrepostas às mulheres e aos jovens tornam premente as políticas com recorte de gênero e etário. A negação do direito de muitos à reparação, não por acaso, ocorre num sistema de governança caracterizado pelo controle das mineradoras do processo decisório, pela ausência de participação dos atingidos nos arranjos institucionais e pela repressão aos movimentos sociais contestatórios.

Referências

ACSELRAD, H. 2014. Prefácio. Mediação e negociação de conflitos ambientais. In: R. N. Viegas; R. G. Pinto; L. N. Garzon. **Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, p. 5-15.

CARLOS, E. Mobilizando a sociedade civil: inovação organizacional e repertórios de confronto no desastre do Rio Doce. **Psicologia Política**, v. 19, n. 46, 2019.

CARLOS, E. Social mobilizations in the disaster of the Doce river. *Integrated Environmental Assessment and Management* (IEAM), Special Series “SETAC Fundao Meeting”, Califórnia, USA, v. 16, n. 5, p. 681–690, 2020.

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (orgs.). **Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio digital: Letra e Imagem, 2016.

SOUZA, L; CARLOS, E. Políticas Públicas e Mobilização Social no contexto do desastre do Rio Doce. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 2, p. 56-80, maio/ago. 2019.

VALENCIO, N. 2016. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 41-45, jul./set.2016.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A. F. 2016. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36-40, jul./set.2016.

ZORZAL, M.; CAYRES, D.; SOUZA, L. 2019. Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: caso da barragem de Fundão, MG. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 464-488, maio/ago. 2019.